



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016

CONTRATO Nº 001/2016

O PREVIBREJO, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o n. 03.133.862.0001-80, com sede na Rua Capitão Éneas, 524, Centro, Francisco Sá/MG, a seguir denominado PREVIBREJO, neste ato representado pelo Diretor João Henrique Silveira Leite, e **RTM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 22.911.238/0001-01, situada na Rua Cel. Pedro Paulo Penido, n. 174 sala 409, bairro Cidade Nova, Belo Horizonte/MG, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio, Thiago Costa Fernandes, portador (a) da Cédula de Identidade n. MG-12.179.151, e inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Físicas sob o n. 075.708.186-01, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório n. 001/2016, na modalidade Pregão Presencial n. 001/2016, do tipo menor preço, regido pela Lei Federal n. 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Este Contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA NA GESTÃO DO RPPS, CONSULTORIA JURÍDICA E ORGANIZACIONAL, ASSESSORIA ATUARIAL E GESTÃO ATUARIAL POR BENEFÍCIO, TREINAMENTO INERENTE AS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO RPPS E AUDITORIA PREVENTIVA.

Parágrafo Único - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório n. 001/2016, Pregão Presencial n. 001/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do PREVIBREJO, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do PREVIBREJO, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao PREVIBREJO e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O PREVIBREJO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O PREVIBREJO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O PREVIBREJO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VIII. Qualquer tolerância por parte do PREVIBREJO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o PREVIBREJO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

IX. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o PREVIBREJO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

X. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao PREVIBREJO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao PREVIBREJO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

XI. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo PREVIBREJO ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do presente Contrato e mesmo após o seu término.

XII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do PREVIBREJO, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

I. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Prestar diligentemente os serviços objeto da presente licitação, dentro de elevados padrões de qualidade e confiabilidade;
- b) Respeitar aos prazos e demais especificações pertinentes à execução do objeto licitado, para que sejam atendidos os interesses do PREVIBREJO.

II. O PREVIBREJO obriga-se a:

- a) Fornecer a estrutura necessária à satisfatória prestação dos serviços;
- b) Pagar pontualmente ao licitante contratado, de acordo com os prazos e condições previstos e conforme a proposta oferecida pelo licitante contratado;
- c) Fiscalizar a execução do contrato, através do PREVIBREJO.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Execução

I. São condições de execução deste Contrato:

(Observar, conforme o caso, as disposições constantes dos subitens do Capítulo 7 do Anexo II do Edital do Pregão Presencial 001/2016).

CLÁUSULA QUINTA – Do Acompanhamento e da Fiscalização

I. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos serviços prestados, serão realizados pelo PREVIBREJO.

§1º - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

Contrato pelo PREVIBREJO, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo órgão fiscalizador.

§2º - O PREVIBREJO não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

§3º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

I. O valor mensal do presente contrato é de R\$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais), referente ao objeto licitado descrito pelo edital do Pregão Presencial 001/2016, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e descritivos abaixo:

<u>Item</u>	<u>Descrição dos serviços</u>	<u>Quant.</u>	<u>Unidade</u>	<u>Valor Unitário</u>
001	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA NA GESTÃO DO RPPS, CONSULTORIA JURÍDICA E ORGANIZACIONAL, ASSESSORIA ATUARIAL E GESTÃO ATUARIAL POR BENEFÍCIO, TREINAMENTO INERENTE AS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO RPPS E AUDITORIA PREVENTIVA.</p> <p>1. Prestação de serviços relacionados ao Ministério da Previdência Social – MPS:</p> <p>1.1.2. Orientação e treinamento quanto à Elaboração e envio dos seguintes documentos ao Ministério da Previdência Social – MPS, observando os prazos estabelecidos:</p> <p>1.1.2.1. Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR</p> <p>1.1.2.2. Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos – DAIR;</p> <p>1.1.3. Assessoria na elaboração da Política de Investimentos Anual, bem como acompanhamento mensal da porcentagem autorizada na referida Política com o efetivamente aplicado;</p> <p>1.1.4. Elaboração de Projeto de Lei, para adequação da legislação previdenciária às normas vigentes, quando for o caso;</p>	12	Mês	R\$3.550,00



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

<p>5.1.5. Elaboração de Termos de Acordos de Parcelamentos via CADPREV Local/web, quando for necessário;</p> <p>1.1.6. Prestação de serviços relativo à concessão de benefícios previdenciários:</p> <p>2. Assessoria administrativa compreendendo:</p> <p>2.2.1. Apoio aos membros da estrutura organizacional, com treinamento relativo ao desempenho de suas funções/atribuições estabelecidas em lei;</p> <p>2.2.2. Participação trimestral nas reuniões do Conselho Administrativo ou Deliberativo objetivando a apresentação dos resultados da gestão realizada e prestar esclarecimentos sobre dúvidas apresentadas pelos membros conselheiros;</p> <p>2.2.3. Controle do limite permitido para realização das despesas administrativas;</p> <p>2.2.4. Elaborar minutas de expedientes necessários para cumprimento de rotinas da Fundo de Previdência Social do Município de Francisco Sá, quando solicitado.</p> <p>2.2.5. Treinamento previdenciário para gestor, conselheiros, membros do comitê de investimentos e servidores, abrangendo conteúdo Atuarial, Administrativo e Jurídico.</p> <p>3. Assessoria Jurídica compreendendo:</p> <p>3.3.1. Consultoria Técnica na concessão de benefícios;</p> <p>3.3.2. Elaboração de pareceres e Notas Técnicas relativas a processos administrativos;</p> <p>3.3.3. Alteração e ou elaboração de leis, estatuto social, regimento interno e outros atos normativos necessários;</p> <p>3.4.4. Consultoria e assessoria jurídica junto aos órgãos normatizadores e fiscalizadores;</p> <p>3.4.5. Assessoria jurídica na elaboração de ofícios, portarias, memorandos e demais atos administrativos interno;</p> <p>3.4.6. Participação em reuniões com Prefeito e ou vereadores, bem como com Secretários</p>			
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

<p>Municipais para tratar de assuntos de interesse do Regime Próprio de Previdência, quando solicitado, limitado a duas reuniões anuais.</p> <p>4. Assessoria Atuarial compreendendo:</p> <p>4.1.1. Assessoria e consultoria atuarial;</p> <p>4.2.2. Elaboração de Avaliação Atuarial e preenchimento do DRAA;</p> <p>4.3.3. Elaboração e revisão da Nota Técnica Atuarial;</p> <p>4.4.4. Modelagem do Plano de Custeio;</p> <p>4.3.5. Elaboração de Estudos de ALM e Projeções Atuariais;</p> <p>4.6.6. Análise crítica e verificação de consistência da Base de Dados;</p> <p>5.7.7. Elaboração de Pareceres Atuariais junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores.</p> <p>5.8.8. Assessoria na elaboração da Política de Investimentos do RPPS com foco na gestão</p> <p>5.9.9. Reservas Matemáticas constituídas por tipo de benefício;</p> <p>5.10.10. Adequação do Plano de Custeio do RPPS em decorrência do fluxo de concessão de benefícios.</p> <p>5.11.11. Verificação mensal dos resultados das hipóteses atuariais e biométricas com a devida adequação das Provisões Matemáticas;</p> <p>5.12.12. Atualização mensal das Provisões Matemáticas pelo método de recorrência atuarial.</p> <p>5.13.13. Gestão Atuarial por Benefício.</p>			
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

Parágrafo Único - O preço estabelecido não será reajustado, bem como não incidirá sobre o mesmo qualquer espécie de atualização monetária, salvo determinação legal em contrário.

II. No tocante aos serviços, os respectivos pagamentos serão realizados por processo legal, no dia 10 (dez) de cada mês, após a verificação e comprovação da prestação dos serviços, o que deverá ser atestado pelo PREVIBREJO, órgão responsável pela fiscalização.

III. Deverá ser considerado, para efeitos de pagamento, o valor oferecido pelo licitante contratado na sessão de julgamento da licitação, compatível com os preços praticados no mercado.

IV. O PREVIBREJO poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento de multas aplicadas a título de penalidade.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Sanções

I. A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o PREVIBREJO, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicável quando do descumprimento contratual, no patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o PREVIBREJO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

§2º - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo PREVIBREJO. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – Do Pagamento de Multas e Penalidades

I. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo PREVIBREJO à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo PREVIBREJO.

§1º - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o PREVIBREJO poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

§2º - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao PREVIBREJO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA – Da Responsabilidade por Danos

I. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao PREVIBREJO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser

116



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo PREVIBREJO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo PREVIBREJO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo PREVIBREJO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§2º - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do PREVIBREJO, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao PREVIBREJO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o TRIBUNAL, nos termos desta cláusula.

§3º - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do PREVIBREJO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao PREVIBREJO, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do PREVIBREJO.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Alteração do Contrato

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do PREVIBREJO, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão Contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do PREVIBREJO, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o PREVIBREJO responderá pelo preço estipulado na Cláusula Sétima, devido em face dos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Prazo de Vigência

I. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser extinto antes do aludido prazo e admite as prorrogações legais.

II. O contrato possuirá eficácia perante terceiros após a publicação do seu extrato nos mesmos veículos em que foi publicado o resumo do instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Vinculação Contratual

Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 001/2016, Pregão Presencial nº 001/2016, que lhe deu causa, exigindo-se rigorosa obediência ao Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

Dotação: 16.01.01.09.122.0002.2156-33903500. Ficha: 007.

Dotação: 16.01.01.09.122.0002.2156-33903500. Ficha: 009.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação

O extrato deste Contrato será publicado nos mesmos meios em que foi publicado o instrumento convocatório do processo acima referenciado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.




INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO - FRANCISCO SÁ - MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Francisco Sá, 26 de outubro de 2016.


João Henrique Silveira Leite
PREVIBREJO


RTM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.
CNPJ sob o n. 22.911.238/0001-01.

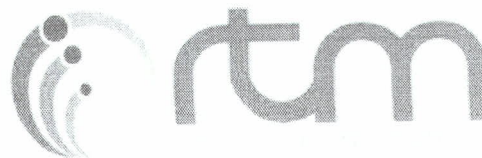
Testemunhas:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



Belo Horizonte, 24 de outubro de 2017

DE: RTM Consultores Associados LTDA - ME

PARA: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG - PREVIBREJO

***PROPOSTA DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 001/2016 FIRMADO ENTRE A RTM E ORPPS***

Prezado Senhor Elvis Henrique Ruas Rodrigues,

Conforme entendimentos, apresentamos a seguir proposta de Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2016, pactuado entre a RTM Consultores Associados e o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG - PREVIBREJO.

Sem mais, colocamo-nos à disposição de V. Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

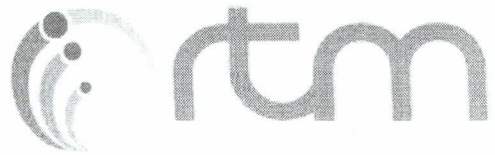

Thiago Costa Fernandes

Sócio Diretor

Tel.: (31) 2510-6544

e-mail: thiago@rtmconsultoria.com.br

**RTM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - ME
CNPJ.: 22.911.238/0001-01**



1. OBJETO

O objeto deste termo aditivo ao Contrato nº 01/2016 concerne à prorrogação do mesmo pelo período de 12 (doze) meses.

O objeto do Contrato nº 001/2016 e demais cláusulas e condições não serão modificadas.

2. ORÇAMENTO

A presente proposta não propõe alteração dos valores praticados.

3. FORMA DE PAGAMENTO

O desembolso pela execução dos serviços objeto da presente proposta será feito em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, após o envio das notas fiscais por parte da RTM Consultores Associados.

4. VALIDADE DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Esta proposta, bem como o orçamento aqui apresentado, tem validade de 90 (noventa) dias a partir da sua data de envio.

Colocamo-nos à inteira disposição de V. Sas. para darmos prosseguimento ao contrato, com a qualidade e o profissionalismo de sempre.


Thiago Costa Fernandes
Sócio Diretor